



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Por que interpretar o Brasil?			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Juliana Nascimento da Silva	Universidade Federal Fluminense	UFF	Doutoranda
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>“Por que interpretar o Brasil?”. Fazer esta pergunta em voz alta e admitir que o esforço de interpretação do Brasil precisa ser justificado são as motivações iniciais deste trabalho preliminar. O abandono relativo da reflexão a partir de visadas mais gerais sobre o país e a interpretação do Brasil como espaço de conexão entre presente, passado e futuro são questões que emergem da discussão proposta e sobre as quais este texto pretende se debruçar.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Interpretações do Brasil			
ABSTRACT			
<p>"Why interpret Brazil?". Ask this question aloud and admit that the effort of interpretation of Brazil must be justified are the initial motivations of this preliminar work. The relative neglect of reflection since more general views about the country and the interpretation of Brazil as a place of connection between present, past and future are issues that emerge from the discussion proposed and on which this paper aims to address.</p>			
KEYWORDS			
Interpretatiosn of Brazil			
EIXO TEMÁTICO			
Marx e a transformação social			

Por que interpretar o Brasil?

Introdução

“Por que interpretar o Brasil?”. Fazer esta pergunta em voz alta e admitir que o esforço de interpretação do Brasil precisa ser justificado são as motivações iniciais deste trabalho. É preciso sair da zona de conforto e do automatismo que às vezes nos impele a seguir numa empreitada (seja ela intelectual ou não) sem ao menos conseguir dizer por que isso é importante. É comum que tomemos algumas “verdades” como dadas para conseguir continuar caminhando, literalmente ou não. O desafio é justamente saber de onde partir.

Interpretar já é um verbo no plural. De acordo com o dicionário¹, “interpretar” é não só “explicar”, mas também “tomar (algo) em determinado sentido”. Esta segunda acepção é precisa ao esclarecer que o objeto sobre o qual se pensa, o Brasil, está em disputa, que pode ser tomado em um determinado sentido, mas também em outro(s). E essa “disputa do Brasil” pode se dar em vários campos, desde o epistemológico, preocupado em olhar para o Brasil enquanto objeto do conhecimento humano, até o político, preocupado em estabelecer o projeto de poder dominante.

Apesar de a pergunta “por que” ter sido eleita para intitular o artigo, presume-se aqui que é muito difícil (e talvez não desejável) trazer essa questão separada de “o que”, “como” e “para que”. Dessa forma, o texto pretende conectar essas interrogações e discuti-las de forma articulada.

As disputas do Brasil

Antes de questionar o que é uma interpretação do Brasil, faz sentido se interrogar sobre o que é o Brasil, embora ambos os questionamentos não sejam tão distintos assim. Um país é construído de diversas formas, através de territórios, instituições, tradições e símbolos, mas também

¹ <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=interpretar>

por meio de palavras, interpretações e imaginários (Botelho e Schwarcz, 2009). Ou seja, a reflexão sobre o Brasil ajuda a constituir o que ele é ou pode ser, e vice-versa.

Ao nos perguntarmos “O que é o Brasil?”, podemos encontrar facilmente em livros, revistas, panfletos turísticos, e até documentos oficiais, inúmeras expressões que tentam nos dar resposta. Por exemplo: um território demarcado; um país tropical; uma nação; um Estado-nação; uma economia dependente; lugar que abriga o povo brasileiro; lar; pátria; país do samba e do futebol. As múltiplas formas de tentar expressar o conteúdo do objeto “Brasil” não necessariamente se excluem mutuamente, mas revelam o que o enunciador entende como seu aspecto principal, como sua feição mais reveladora. E a base para isso pode estar na geografia, no clima, na cultura, na história, na economia, na política... A pergunta que vem a seguir é: há uma espécie de hierarquia entre esses elementos? Ou seja, é possível dizer qual ou quais deles são mais importantes para entender o país? A tarefa de interpretar o Brasil consiste justamente em tentar responder tal questionamento.

O que é interpretar o Brasil?

Interpretar o Brasil é tomá-lo num determinado sentido. E, se se tem por base da reflexão sobre o Brasil a sociedade que aí se estabelece, ou seja, as relações que se instituem entre os homens e entre estes e a natureza num determinado tempo e neste lugar determinado (o Brasil), a investigação da formação histórica do país ganha destaque ímpar. Interpretar o Brasil é tentar responder quem somos, de onde viemos e para onde vamos; é se colocar num espaço social de reflexão e conexão entre presente, passado e futuro, o que permite uma visão mais integrada e consistente do processo histórico que o gerou.

Como destaca Ricupero (2008), as interpretações do Brasil não são apenas descrições externas, mas também operam como um tipo de metalinguagem reflexiva da sociedade. Elas trazem elementos importantes para a compreensão da articulação das forças sociais que operam no desenho da sociedade, que contribuem para movê-la em determinadas direções.

Também Botelho e Schwarcz (2009) chamam atenção para tal aspecto. De acordo com os autores, as interpretações do Brasil não operam apenas em termos cognitivos, mas constituem também forças sociais que direta ou indiretamente contribuem para delimitar posições e conferir-lhes inteligibilidade em diferentes disputas de poder travadas na sociedade.

No mesmo sentido está a reflexão de Cardoso (2013), cuja síntese encontra-se no expressivo título de seu mais recente livro, “Pensadores que inventaram o Brasil”. Para ele, a análise da formação do Brasil constitui uma preocupação desde o período da independência. A questão nacional daí por diante passaria a ocupar a cena central nas reflexões dos “pensadores que inventaram o Brasil, embora tenha sido o povo quem o criou”. O autor afirma que o povo criou o Brasil, mas são os intelectuais, ou os intérpretes, que buscam lhe dar sentido, lhe fazer inteligível. Os intelectuais passaram a refletir no que consistia esta nação, como ela se situava no mundo, como se dividia em classes, etnias e culturas, como seria possível argamassá-las no mesmo conjunto histórico, e nas perspectivas que teria o Brasil no contexto das demais nações.

Os intérpretes tentam dar resposta sobre a questão de nossa identidade, sobre as condicionantes da história e as alternativas de futuro do Brasil. Após um grande balanço histórico, em geral, segue-se uma análise de conjuntura e um programa político sobre como superar os problemas do país, ou pelo menos apontamentos gerais que conduzam nesta direção.

Nessa busca de sentido, é inevitável o aparecimento de elementos fundantes, como Estado, povo e nação. Gilberto Freyre, por exemplo, é um intérprete que vai dar mais importância ao cotidiano e à vida privada, e cuja obra propõe uma análise da vivência, de valores e sentimentos, e se distancia da ênfase no papel do Estado. Evoca a combinação de raças e culturas como marca de nossa identidade. Raymundo Faoro, por outro lado, é um intérprete que opõe Estado e sociedade, e ressalta o peso sufocante do primeiro sobre a segunda. Sua interpretação é de que a história do Brasil é marcada pelo domínio persistente de um estamento burocrático vinculado ao Estado que controla a política, a sociedade e a economia.

Darcy Ribeiro, outro grande intérprete de nosso país, também buscava uma explicação da gestação do Brasil; uma teoria que nos situasse na história humana e nos tornasse explicáveis em nossos próprios termos, fundada em nossa experiência histórica. Ressalta a mestiçagem do povo brasileiro, a partir de suas três grandes matrizes (indígena, africana e europeia), como elemento central dessa teorização. Define o Brasil como um povo-nação assentado num território próprio e enquadrado dentro de um mesmo Estado, mas ressalta que essa unidade resultou de um processo continuado e violento de unificação política, com repressão a qualquer tendência separatista.

Cardoso (2013) também chama atenção para esses elementos fundantes nas interpretações do Brasil. O autor argumenta que, no contexto da formação nacional, o tema Estado-burocracia-corporação versus sociedade civil e mercado se destaca como uma das preocupações centrais dos que querem entender como se forma a nação:

Uns creem que a alavanca é o Estado, outros, que são as classes. Os dois lados, entretanto, convergem para um ponto: trata-se de afirmar um país, uma nação. Afirmar pelo que há de genuinamente nosso ou foi assimilado por nós e nos diferencia como povo e como cultura; afirmar-nos em contraposição aos “outros”. O perigo vem de fora, seja sob o manto da exploração econômica e mesmo do imperialismo, seja pelos riscos do cosmopolitismo e da ocidentalização cultural. (CARDOSO, 2013: 11)

Axt e Schuler (2004) afirmam que um dos elementos constituintes de uma nacionalidade soberana é uma forte identidade cultural; que um país não goza existência soberana se os cidadãos que compõem o tecido social não estiverem conectados entre si por laços invisíveis, simbólicos, culturais. Os autores exaltam a importância de uma espécie de coesão interna simbólica, de identificação dos brasileiros entre si, algo que, conforme visto anteriormente, não é de forma alguma consensual.

Hobsbawm, em *Nações e Nacionalismos* (2011), afirma que a “nação” é um fenômeno recente na história da humanidade e produto de conjunturas históricas particulares necessariamente regionais. A nação seria uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-Nação”, não fazendo sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação.

Ainda de acordo com o autor, insistir na consciência ou na escolha como o critério da existência de nações é subordinar sem discernimento os vários modos pelos quais os seres humanos se definem e se redefinem como membros de grupos a uma opção única: a escolha de pertencer a uma “nação” ou a uma “nacionalidade”.

(...) não podemos presumir que, para a maioria das pessoas, a identificação nacional – quando existe – exclui ou é sempre superior ao restante do conjunto de identificações de outro tipo, mesmo quando possa ser sentida como superior às outras. (...) a identificação nacional e tudo o que se acredita nela implicado pode mudar e deslocar-se no tempo, mesmo em períodos curtos. (HOBSBAWM, 2011: 21)

As noções de Estado, povo e nação marcam definitivamente as interpretações do Brasil, embora o protagonismo de cada um desses elementos possa variar de uma para outra(s).

Como interpretar o Brasil?

Responder à questão “Como interpretar o Brasil” consiste, na verdade, em aventar um método de interpretação. Debater este método em profundidade não está no escopo deste trabalho, mas algo que não pode deixar de ser dito é que o método de interpretação deve emergir do próprio objeto de pesquisa.

É preciso chamar atenção tanto para a forma quanto para o conteúdo. A forma clássica de interpretação do Brasil, enquanto gênero intelectual, situa-se, via de regra, entre a proclamação da República, em 1889, e o desenvolvimento mais pleno da universidade, a partir da década de 30 do século XX, sob a forma de *ensaios*. O ensaio como estilo e modalidade de estudo permite a incorporação da intuição à análise. É uma licença de reflexão aberta sobre uma realidade ainda insuficientemente documentada, e que tenta recuperar os significados ocultos de uma realidade que parece desprovida de sentido.

Havia, neste contexto histórico, uma preocupação com o estabelecimento de um quadro social mais autônomo, nacional, que se contraporía à sua origem colonial. Embora o Brasil tenha se tornado politicamente independente de Portugal em 1822, com a proclamação da Independência, parece que o sentido da nação ainda estava por se construir.

A partir do desenvolvimento mais pleno da universidade, no entanto, com a decorrente especialização acadêmica e o fracionamento do conhecimento, há um empobrecimento e um abandono relativo de visadas mais gerais sobre a sociedade.

(...) desde a década de trinta do século XX, a universidade começa a ganhar importância e, com ela, muda o padrão de reflexão sobre o país. Se nos primeiros anos na República prevalecia o gênero ensaio, as monografias sobre temas específicos vão progressivamente ocupando seu espaço. A evolução não deixa de trazer vantagens evidentes – como, por exemplo, o maior rigor dos trabalhos –, mas implica também certas perdas, ao contribuir para obliterar a compreensão de como esses temas estão inseridos num quadro mais amplo. (RICUPERO, 2008: 22)

O fechamento disciplinar muitas vezes tolhe a inteligibilidade, tornando-nos prisioneiros de um modo de pensar que dá mais valor aos enquadramentos e aos detalhes que às perspectivas abrangentes, históricas e totalizantes. A especialização acadêmica pode às vezes permitir que saibamos mais a respeito de mais coisas, mas também pode criar dificuldades para que alcancemos sínteses que de fato expliquem o Brasil e abram perspectivas mais consistentes de intervenção e construção do futuro.

É necessário criar espaços de estudos que transponham as barreiras disciplinares, que muitas vezes embotam e empobrecem o pensamento. É preciso apreender o Brasil como totalidade, promovendo uma articulação orgânica de elementos históricos, sociais, políticos e culturais. Ainda, deve-se entender o Brasil inserido num quadro mais amplo, pois não é possível pensá-lo sem situá-lo no mundo.

Para que interpretar o Brasil? (À guisa de conclusão)

Embora possam existir exceções, em geral, põem-se a interpretar o Brasil aqueles que querem transformá-lo; aqueles que tenham desejo e ambição de intervir nos rumos do desenvolvimento do país. Os que não têm este interesse, em princípio, não teriam razões para se ocupar do esforço de interpretação do país. Cabe ressaltar que a transformação referida não precisa ser pensada em uma única direção, ou seja, podem haver aqueles que considerem que os rumos do país deveriam guiar-se mais “para a esquerda” e outros mais “para a direita”. Vejamos a “confissão” de Darcy Ribeiro no Prefácio de *O Povo Brasileiro*:

Portanto, não se iluda comigo, leitor. Além de antropólogo, sou homem de fé e de partido. Faço política e faço ciência movido por razões éticas e por um fundo patriotismo. Não procure, aqui, análises isentas. Este é um livro que quer ser participante, que aspira a influir sobre as pessoas, que aspira a ajudar o Brasil a encontrar-se a si mesmo. (RIBEIRO, 1995: 17)

Embora nem todas as interpretações do Brasil sejam antecedidas por depoimentos sinceros e esclarecedores de seus autores como este acima, a perspectiva de superação de obstáculos que impedem o país de se constituir de fato como nação autônoma ou de se desenvolver parece estar presente na maioria das obras que se propõem a interpretar o Brasil.

Informar nossa atuação social nele é, sem dúvida, uma das razões para se pensar o país, pois “Quem erra na análise, erra na política”. É importante que se tenha uma correta imagem do Brasil para que seja possível, a partir dessa imagem, elaborar uma estratégia política adequada às suas condições. Ou, como responde Santos (2001: 16), “a ação e a mobilização não dispensam a lucidez da ação e da mobilização”

Tomar o Brasil como objeto de pensamento significa ressaltar suas diferenças em relação aos demais países, significa afirmá-lo, em alguma medida, como diferente do(s) outro(s). No entanto, é preciso lembrar que também existem semelhanças, que existe algo que os une, que lhes é comum. A forma pela qual a vida material se produz e se reproduz na sociedade atual é a forma

capitalista. E isso se dá em sentido global, não apenas nacional. Aqui está o elemento comum, que identifica praticamente todas as nações do mundo, o modo de produção capitalista.

No entanto, qualquer que seja o país considerado, a sociedade capitalista aparece modificada por particularidades do desenvolvimento histórico próprio e por seu maior ou menor grau de desenvolvimento. Nesse sentido, para compreender as relações sociais nestes países, é importante a compreensão da feição sob a qual a sociedade capitalista aparece nestes diferentes espaços. É preciso olhar as diferenças, mas sem perder de vista as semelhanças.

Apesar de “pensar o Brasil” estar no panteão das grandes questões, ela não se esgota em si mesma. Pensar o Brasil para transformá-lo é um começo, mas será que é possível transformá-lo sem transformar todo o sistema? Que tipo de transformação seria essa? Que problemas ela pretenderia superar?

De nosso ponto de vista, é preciso libertar o homem (e não apenas o brasileiro) das amarras que o impedem de se autodesenvolver. E aqui é importante resgatar a ideia do comunismo enquanto esperança de igualdade, de emancipação humana, e de uma organização social igualitária e coletiva. O comunismo advoga a emancipação de toda a humanidade, e não apenas de determinados grupos, ou classes, ou países. Advoga o fim das fronteiras e dos “nacionalismos”. Entendemos que pensar o Brasil é um passo intermediário para alcançar este objetivo maior, que é a emancipação de toda a humanidade.

Em suas *Teses sobre Feuerbach*, de 1845, Marx afirmava que a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo, mas que, na realidade, ela é o conjunto das relações sociais. Somente poderemos ser plenamente livres se imersos na riqueza de uma sociedade emancipada, que não se mede apenas em bens e índices econômicos, mas na plena socialização do conjunto da existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AXT, Gunter e SCHÜLER, Fernando. Intérpretes do Brasil: Ensaio de Cultura e Identidade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004. Apresentação.

BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia M. (org.) Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Apresentação.

CANDIDO, Antonio. O significado de “Raízes do Brasil” (1967). In: HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936].

CARDOSO, Fernando Henrique. Pensadores que inventaram o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. Apresentação e Epílogo.

COUTINHO, Carlos Nelson; COMPARATO, Fábio Konder; OLIVEIRA, Francisco de. Como pensar? Lua Nova [online], n.54, pp. 87-132, 2001.

HOBBSAWM, Eric J. Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

LESSA, Renato; NOGUEIRA, Marco Aurélio; SOARES, Luiz Eduardo. Como se pensa? Lua Nova [online], n.54, pp. 43-86, 2001.

MALTA, Maria. Interpretar e transformar o mundo: o propósito de Aloisio Teixeira. Revista de Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 385-392, set-dez 2012.

MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006 [1975].

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. 1845. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Prefácio e Introdução.

RICUPERO, Bernardo. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2008.

SANTIAGO, Silviano (coord.). Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. Introdução.

SANTOS, Boaventura de Sousa; BRANDÃO, Gildo Marçal; VIANNA, Luiz Jorge Werneck. Por que pensar? Lua Nova [online], n.54, pp. 11-42, 2001.

TEIXEIRA, Aloisio. Posfácio. In: MALTA, Maria (coord.) Ecos do desenvolvimento: Uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea e Centro Celso Furtado, 2011.